

CNPJ 61.557.039/0001-07

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 28 DE MARÇO DE 2024

nuneração dos administradores cabendo à Diretoria regulamentar a utilização dessa verba e o rateio da participação nos lucros aos diretores. Art. 7º - A Diretoria compõe-se de no mínimo 2 (dois) e no máximo 15 (quinze) membros, dos quais 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) a 14 (quatorze) Diretores, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unânime de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. § 1º Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. § 2º Não poderá ser eleito membro da Diretoria a pessoa que tiver completado 60 (sessenta) anos de idade até a data da eleição. O diretor que completar 60 (sessenta) anos de idade no curso do mandato deverá deixar o cargo antes de completar 61 (sessenta e um) anos de idade. § 3º Os membros da Diretoria terão seu mandato de termo de posse no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. § 4º As reuniões da Diretoria será permitida a participação por telefone, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. O Diretor, nessa hipótese, será considerado presente à reunião e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. Art. 8º - Em caso de impedimento ou ausência temporária do Diretor Presidente, qualquer dos diretores remanescentes poderá assumir o cargo interinamente. No caso de vacância de cargo na Diretoria, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre o provimento do cargo. Art. 9º - Compete à Diretoria: (I) cumprir e fazer cumprir as direttrizes e deliberações da Assembleia Geral; (II) promover o exercício das atividades da Companhia; (III) representar a Companhia e administrar os seus negócios sociais; (IV) estabelecer normas internas e operacionais; (V) declarar e distribuir, "ad referendum" da Assembleia Geral, dividendos intermediários, intercursos e/ou juros sobre o capital próprio. § 1º Compete ao Diretor Presidente: (I) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, nas quais tem voto de qualidade; (II) supervisionar a atuação da Diretoria; (III) estruturar as atividades da Companhia; e (IV) estabelecer normas internas e operacionais. § 2º Aos Diretores compete o desempenho das tarefas que lhes forem atribuídas pelo Diretor Presidente em áreas específicas da Companhia. § 3º Dois diretores em conjunto terão poderes para decidir sobre a instalação, extinção e remanejamento de dependências. § 4º Compete ao Diretor Indicado como responsável por controles internos: (I) monitorar a execução, implementação e manutenção da estrutura de controle interno da Companhia; (II) identificar, mensurar, comunicar e controlar riscos; (III) monitorar periodicamente, as exposições à risco da Sociedade; (III) monitorar o Perfil de Risco e os níveis de exposição da Sociedade, verificando seu alinhamento com o Apetite de Risco, informando os eventuais desequilíbrios às alçadas competentes e solicitando plano de ação para reequilíbrio; (IV) participar das análises de mudanças que tenham potencial para alterar significativamente o Perfil de Risco, ajudando a avaliar seus riscos e indicando potenciais necessidades de alteração da Estrutura de Gestão de Riscos; (V) contribuir para disseminação da cultura de riscos da Sociedade; (VI) manter equipes capacitadas e adequadamente dimensionadas, visando proveder as unidades de negócio, aliada com os recursos necessários para adequado desempenho de suas respectivas atividades; (VII) monitorar as atividades destinadas a garantir a integridade e a ética corporativa; (VIII) assegurar a conformidade da Companhia com as leis e regulamentos aplicáveis. § 5º A administração da Companhia poderá ser feita por (I) dois diretores em conjunto, (II) um diretor em conjunto com um procurador, ou (III) dois procuradores em conjunto. A Companhia poderá, ainda, ser representada por um diretor em situações que não impliquem (a) assunção de obrigações em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade, inclusive prestando garantias a terceiros; ou (b) renúncia a direitos, oneração ou alienação de bens de ativo permanente. § 6º Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por apenas um procurador: (I) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem a assunção ou a renúncia a obrigações; (II) nos processos judiciais e arbitrais, quando necessário para defesa da Companhia; (III) perante autoridades fiscais, previdenciárias ou fundações de fomento nos quais a Companhia participe; (IV) nas hipóteses dos itens II) e III), a Companhia também poderá ser representada por um diretor. § 7º A Diretoria poderá prever ou instituir exceções adicionais à previstas no parágrafo anterior. § 8º A Companhia poderá constituir procuradores por instrumento próprio firmado por dois diretores, cujo prazo não excederá 1 (um) ano, salvo para fins judiciais. **CAPÍTULO VI – CONSELHO FISCAL** Art. 11 - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal atenderá aos preceitos dos artigos 161 a 165 da Lei 6.406/76. **CAPÍTULO VII – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO** Art. 12 - Juntemente com as demonstrações financeiras, a Companhia apresentará ao Conselho Fiscal, para aprovação, o plano de distribuição de lucros e dividendos previstos nos preceitos dos artigos 186 a 191 a 199 da Lei 6.406/76 e as disposições seguintes: a) antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; b) será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no artigo 13; c) o saldo terá o destino que for proposto pela Diretoria, inclusive para a formação da reserva de que trata o artigo 14, "ad referendum" da Assembleia Geral. **CAPÍTULO VIII – DIVIDENDO OBRIGATORIO** Art. 13 - O acionista: tem direito ao dividendo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas alíneas "a" e "b" inicial; d) o artigo 202 da Lei 6.406/76 aplica-se integralmente ao dividendo obrigatório; e) o dividendo obrigatório será pago em dinheiro, em moeda corrente nacional, pelo capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º § 2º; f) Art. 9.249/95. **CAPÍTULO IX – RESERVA ESTATUTÁRIA** Art. 14 - Será constituída reserva com a finalidade de formar recursos para: (I) absolver eventuais prejuízos de exercícios subsequentes; (II) efetuar investimentos estratégicos para a Companhia; (III) exercer o direito de preferência na subscrição de futuros aumentos do capital social das empresas em que a Companhia participe; (IV) realizar aumentos no capital social da Companhia; e (V) pagar em dividendos intermediários de que trata o § 2º do artigo 204 da Lei 6.404/76. § 1º Esta reserva será formada por valores provenientes do saldo do lucro líquido. § 2º O saldo da reserva estatutária, somado ao da reserva legal, não poderá ultrapassar o limite estabelecido no artigo 204 da Lei 6.404/76. **CAPÍTULO X – EXERCÍCIO SOCIAL** Art. 15 - O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Parágrafo único - A Companhia poderá levantar balanços trimestrais e intermediários em qualquer data.

CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores

EDITAL 90009/2024, Modalidade: Pregão eletrônico, Tipo: Menor Preço Global. **OBJETO DO PROCESSO:** Seleção: Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para fornecimento de serviços de atualização de versão e patches de toda solução VMware Cloud Suite Enterprise existente no ambiente corporativo da Fundação Butantan, suporte operacional a toda infraestrutura de virtualização existente com base em softwares VMware. **PROCESSO Nº** WS1151470754 **DATA:** 10/09/2024. **HORA:** 10h00min. **LOCAL:** Plataforma GOV

[illegible]

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 • NIRE 35.300.367.308

Segunda Convocação para Assembleia Geral de Titula

[illegible]

FUNDADO EM 20 DE SETEMBRO DE 1925

CNPJ: 44.635.670/0001-50

Valinhos, 23 de agosto de 2024.

AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto nesta Penitenciária de Registro, O PREGAÇO ELETRÔNICO nº. **90012/2024**, processo único 20240809084, referente à aquisição de materiais de consumo comum do tipo "Alimentos Estocáveis". A sessão será realizada no dia 04/09/2024 09h00m, na sala da diretoria do Centro Administrativo desta unidade prisional, sito a Rodovia Regis Bittencourt, Km 453 + 75m, Bairro Capinzal, Registro/SP. Período de Reccebimento de Proposta de 23/08/2024 a 04/09/2024 às 08:59:59. O Edital está à disposição no site: www.pregp.co.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto nesta Penitenciária de Registro, O PREGÃO ELETRÔNICO nº **90013/2024**, processo único 20240808926, referente à aquisição de materiais de consumo comum do tipo "Alimentos Perecíveis". A sessão será realizada no dia 04/09/2024 09h00m, na sala da diretoria do Centro Administrativo desta unidade prisional, sito a Rodovia Regis Bittencourt, Km 453 + 75m, Bairro Capital, Registro/SP, período de Recebimento de Proposta de 23/08/2024 a 04/09/2024 as 08:55-9h. O Edital estará à disposição no site: www.cnpq.gov.br.

São Paulo, 22 de agosto de 2024.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.